

# Nota informativa



## Considerações sobre a prorrogação do auxílio emergencial: a importância da aprovação do Novo Regime Fiscal

Terça-feira, 02 de março de 2021

### RESUMO

- O objetivo inicial do Auxílio Emergencial (AE) foi construído para garantir uma renda mínima aos trabalhadores informais no período de distanciamento social.
- Para minimizar os efeitos socioeconômicos de uma das maiores crises dos últimos 120 anos, o Governo Federal junto com o Congresso Nacional criou um escudo temporário para minimizar os efeitos negativos da pandemia.
- Deve-se entender que as medidas excepcionais realizadas sem contrapartidas fiscais ocorreram em um período de aguda retração econômica mundial e não podem ser vistas como soluções para problemas estruturais da economia.
- **Salienta-se que a extensão de uma política emergencial, sem a aprovação do novo marco fiscal, terá efeitos negativos nas condições financeiras do país, promovendo elevação da inflação, deterioração dos ativos, elevação do risco, aumento da taxa futura de juros, e possivelmente efeitos contracionistas sobre a atividade econômica.**
- Essa piora reduzirá o poder de compra das famílias, encarecerá o investimento e aumentará o desemprego. O passado nos mostra que o descontrole fiscal prejudica principalmente as famílias mais pobres.
- A solução estrutural para a questão da pobreza deve ser buscada por dois caminhos: i) racionalização dos gastos públicos, remanejando recursos orçamentários de programas ineficientes para programas eficientes no combate a pobreza; e ii) elevação da produtividade agregada da economia

### 1. Introdução

A pandemia da COVID-19, ocorrida no ano passado, afetou substancialmente a atividade global, causando uma das maiores recessões nos últimos 120 anos. Segundo as projeções do FMI, a retração do PIB mundial só será menor do que a queda ocorrida no período da 2ª Guerra Mundial, assim, superando a retração média do PIB nos anos da 1ª Guerra Mundial e da Grande Depressão.

Em uma iniciativa conjunta, o Governo Federal e o Congresso Nacional elaboraram um escudo de proteção social sem precedentes. O gasto público para amenizar os efeitos negativos da crise foi de

8,2% do PIB<sup>1</sup>, cuja maior parte (4,5%) foi direcionada para os trabalhadores informais através do Auxílio Emergencial aos Informais (AE). Dessa forma, o objetivo do AE, quando formulado, foi prover meios de subsistência para a população empregada no setor informal durante os meses de maior retração econômica, devido aos efeitos da aguda retração econômica mundial, restrição à atividade local e aumento do distanciamento social.

Deve-se entender que as medidas excepcionais realizadas, sem à adequação ao arcabouço fiscal, não podem ser vistas como soluções para problemas estruturais da economia. É fato que a pobreza no Brasil é um tema caro a este governo e a toda população. No entanto, endereçar soluções que desconsiderem as restrições fiscais para problemas estruturais nos levará aos mesmos resultados que acompanharam o desajuste fiscal: elevada inflação, baixo crescimento econômico, desemprego e grande desigualdade social. A elevação de gastos, sem o correto endereçamento do novo marco fiscal, é impor à sociedade e às gerações futuras que arquem com o peso dessas ações.

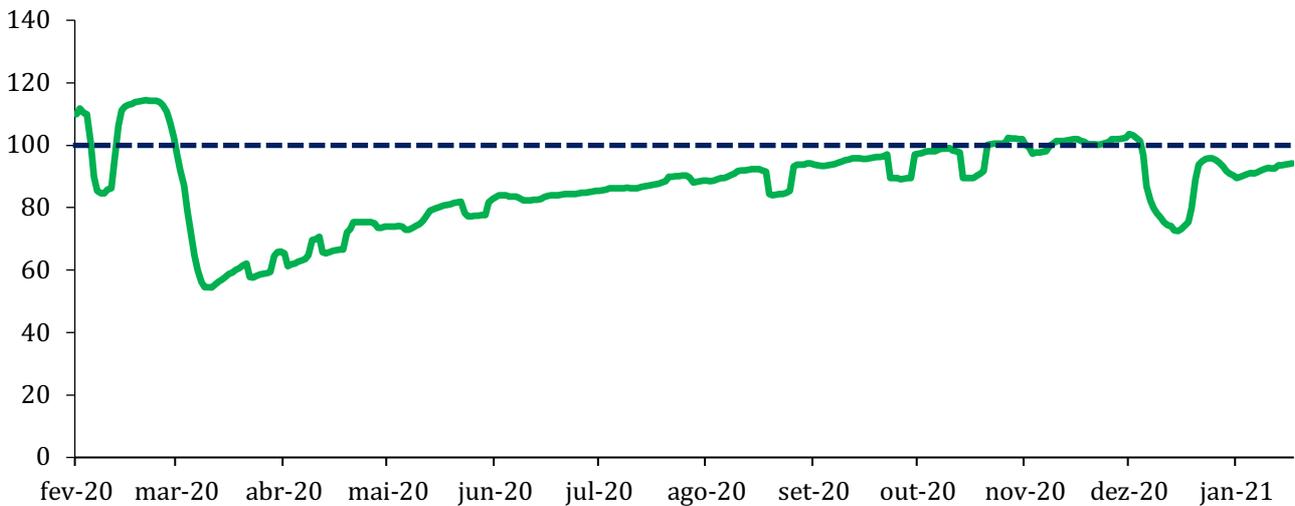
## 2. Distanciamento social, emprego, renda e o objetivo inicial do Auxílio Emergencial

O objetivo do AE, quando arquitetado, era garantir o distanciamento social, proporcionando alguma renda para os informais que estavam privados de trabalhar. No entanto, a Figura 1 indica clara tendência de retorno da população aos locais de trabalho, alcançando patamares próximos aos valores pré-pandemia. Deve-se destacar que a redução ocorrida no final de dezembro e início deste ano se relaciona a questões sazonais, pois este período normalmente é caracterizado pelo maior número de empregados em gozo de férias. Outro fator que ratifica a direção para a regularização da economia são os dados de congestionamento para as principais cidades brasileiras<sup>2</sup>. Conforme este indicador, nas últimas semanas de 2020, o tráfego já se igualou ou superou às mesmas semanas de 2019, período anterior à pandemia.

---

<sup>1</sup> Apresentação de análise de impacto fiscal das medidas de enfrentamento ao COVID-19 da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia. [https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/apresentacoes/2020-12-22-transparencia\\_coletiva\\_covid.pdf/view](https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/apresentacoes/2020-12-22-transparencia_coletiva_covid.pdf/view)

<sup>2</sup> Vide gráfico *Tracking the impact of COVID-19 through traffic* para as cidades brasileiras em [TomTom Traffic Index – Live congestion statistics and historical data](#)

**Figura 1 – Tendência de mobilidade para locais de trabalho no Brasil**

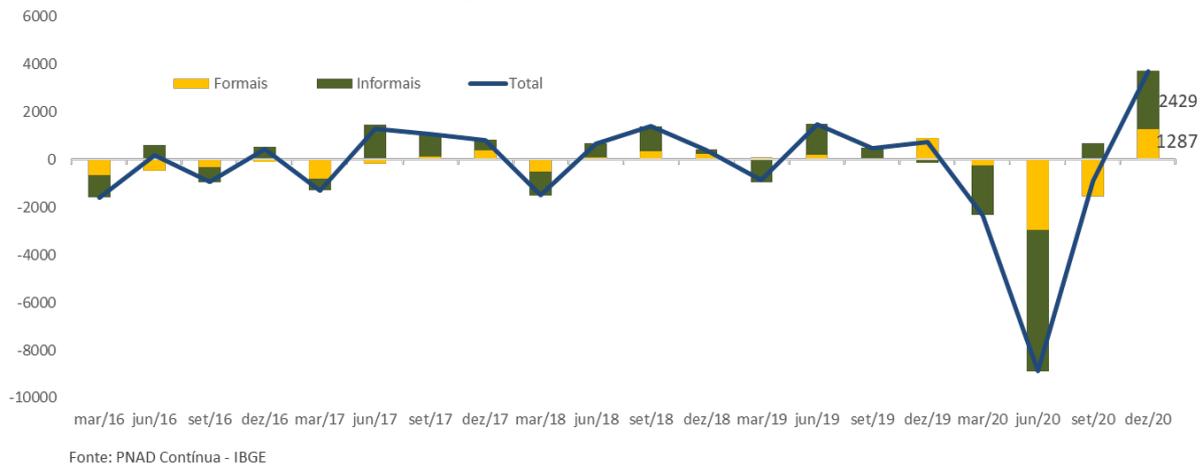
\*Média Móvel de 7 dias

Fonte: Google - Relatório de Mobilidade da Comunidade. Elaboração: SPE/ME

Desta forma, observa-se que a economia tem se recuperado. Os indicadores de atividade mostram retomada de diversos setores para níveis anteriores à pandemia. A melhora no terceiro trimestre do PIB teve como força motriz a indústria e o comércio, já para o último trimestre do ano passado, os indicadores disponíveis mostram que o setor de serviços tem avançado, embora em recuperação mais lenta.

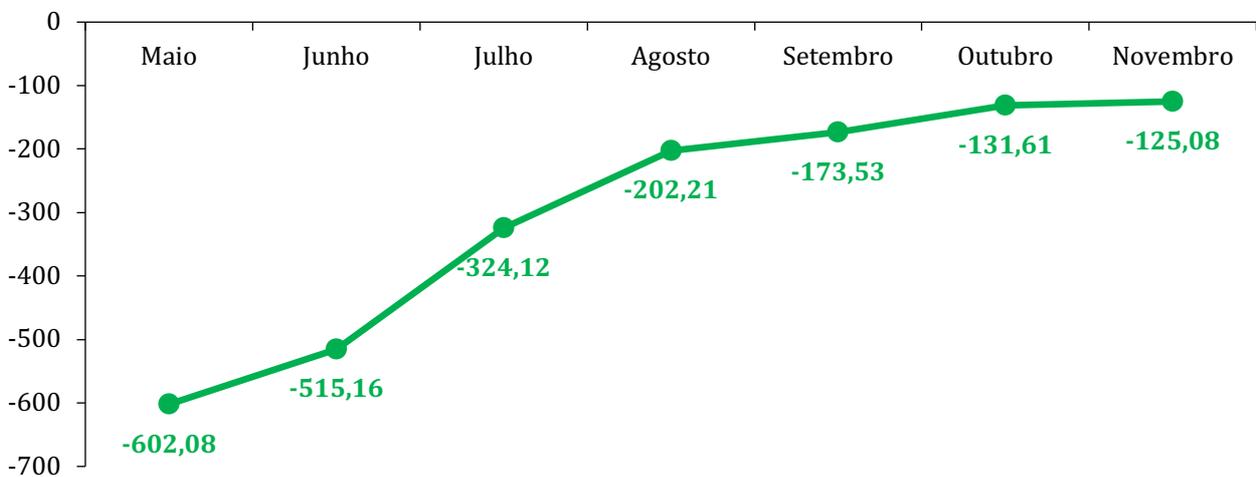
A melhora da atividade econômica tem proporcionado a recuperação do emprego. Os dados do CAGED mostram que, apesar da forte recessão, houve criação líquida de postos formais de trabalho em 2020, ao contrário da crise fiscal e de confiança em 2014-16 que gerou reduções de postos com carteira assinada. Semelhante a recuperação dos empregos formais, há aumento do emprego informal com a retomada do setor de serviços. Segundo os dados da PNAD de dezembro, explicitados na Figura 2, houve criação de mais de 2,4 milhões de empregos informais nos três últimos meses de 2020.

**Figura 2 - Variação trimestral da População Ocupada (milhares de pessoas)**



A Figura 3 indica que o hiato entre a renda habitual e efetiva diminuiu, ou seja, o quanto o trabalhador informal recebe normalmente e o quanto ele de fato recebeu no último mês tem reduzido drasticamente desde o período mais crítico da crise. O hiato que chegou a ser próximo a R\$ 600, atualmente já foi reduzido em 80%. Portanto, os indicadores socioeconômicos e de mobilidade sugerem a necessidade de uma maior focalização de gastos.

**Figura 3 – Diferença da renda habitual e efetiva para trabalhadores informais (2020)**



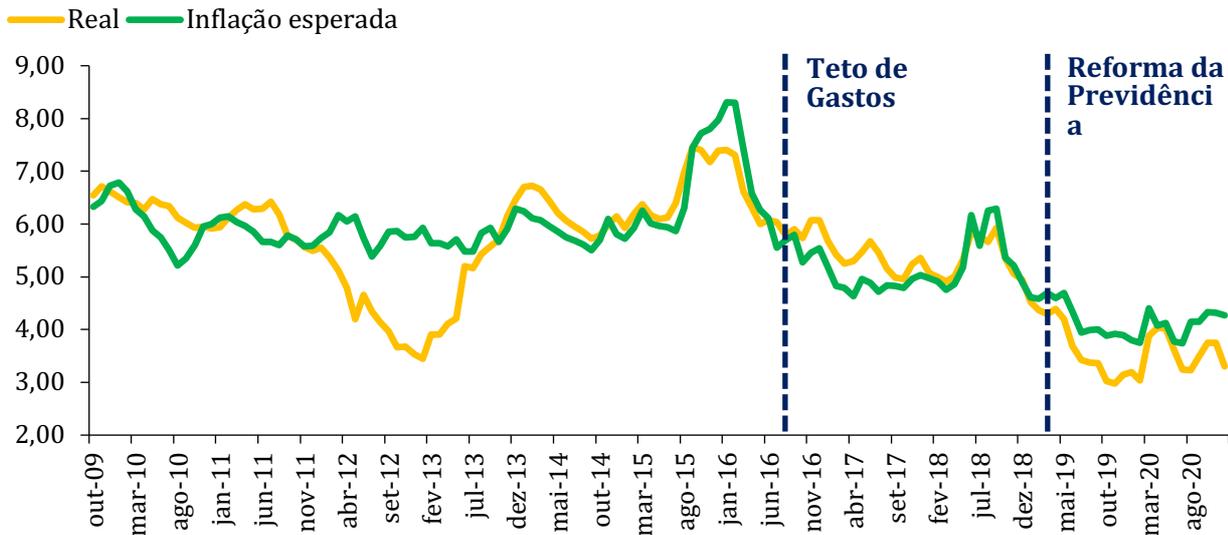
### 3. Auxílio Emergencial, Novo Marco Fiscal e os impactos econômicos

A pobreza no Brasil é um problema estrutural e medidas para combatê-la devem considerar o arcabouço fiscal. Deve-se salientar que a extensão de uma política emergencial, sem a adequação correta no arcabouço de consolidação fiscal, terá efeitos negativos nas condições financeiras do país, promovendo deterioração dos ativos, elevação do risco e aumento da taxa futura de juros. Essa piora reduzirá o poder de compra das famílias, encarecerá o investimento e aumentará o desemprego. O passado nos mostra que o descontrole fiscal prejudica principalmente as famílias mais pobres.

Em síntese, apesar do AE aumentar o consumo corrente e, por conseguinte, o bem-estar das famílias beneficiadas no curto prazo, há deterioração da economia no médio prazo, quais sejam, aumentos na taxa de juros, dívida pública e inflação. Com isso, há retrações no investimento, no consumo e no Produto Interno Bruto (PIB). Desta forma, o ganho de consumo presente é mais do que compensado pela perda de consumo futuro.

Os efeitos da consolidação fiscal são claramente percebidos pela população. A Figura 4 apresenta uma redução histórica da taxa de juros reais de 10 anos e da inflação esperada (implícita) para o mesmo período. Cabe notar que a queda dos juros longos, ao contrário do período de 2012-13, ocorre de forma consistente, pois há redução estrutural da inflação esperada. A queda estrutural dos juros reais possibilitou aumento do investimento e permitiu às famílias terem acesso ao crédito mais barato, o que gerou uma forte elevação do saldo de crédito livre para às pessoas físicas e aumento das concessões para o financiamento da casa própria.

Já os efeitos positivos da redução da taxa de inflação são notórios. O processo de redução consistente da variação dos preços ao consumidor e a fixação de metas de inflação, pelo CMN, em patamares mais baixos beneficia todo o país, principalmente os mais pobres, que são os maiores prejudicados em períodos com a elevação dos preços.

**Figura 4 – Taxa de Juros de 10 anos**

Fonte: Anbima

Os ganhos da consolidação fiscal têm efeitos diretos e positivos a toda a população, principalmente os mais pobres. A inflação mais baixa, juros em patamares razoáveis, aumento do investimento e consequentemente do emprego elevam o bem-estar de todos. Abrir mão destes ganhos é esperar, novamente, que medidas que não considerem a restrição fiscal gerem resultados diferentes e positivos.

Insistir em aumento de gastos em países com situação fiscal deteriorada, como é o caso do Brasil, sem o correto endereçamento ao novo marco fiscal, comprometerá a trajetória da dívida pública e tem o potencial de piorar a atividade econômica em vez de melhorá-la. A literatura acadêmica recente<sup>3</sup> ressalta a existência de multiplicador fiscal negativo para países endividados. Ou seja, sem as contrapartidas fiscais necessárias, a prorrogação do AE, através da elevação do risco país e aumento das taxas futuras de juros, tem efeitos negativos sobre o crescimento econômico, piorando a situação atual em vez de melhorá-la.

#### 4. Focalização de programas sociais para redução da pobreza

Conforme supracitado, se o objetivo de um novo AE é o combate à pobreza, então a discussão pode sim caminhar em conjunto com a consolidação fiscal. Afinal, é factível fazer ajustes fiscais e ampliar programas sociais. Na verdade, já existe levantamento desse ponto no qual ajustes fiscais e ampliação

<sup>3</sup> Banerjee, R. and Zampolli, F. (2019) What drives the short-run costs of fiscal consolidation? Evidence from OECD countries. *Economic Modelling*, 82.

Ilzetzki, E.; Mendoza, E. and Végh, C. (2013) How big (small?) are fiscal multipliers? *Journal of Monetary Economics*, 60.

de programas sociais não são ações incompatíveis. As discussões acadêmicas para aperfeiçoamento de programas sociais sugerem focalização e respeito ao arcabouço fiscal.

O Brasil tem uma política social em vigor, na qual é possível fazer ajustes, para que se faça muito mais, mas respeitando o arcabouço fiscal. Em resumo, o primeiro passo não é gastar sem considerar as restrições fiscais. A solução não virá com descontrole fiscal, gerando maiores pressões inflacionárias. A maior incerteza inserida na economia, aumenta a necessidade de controle por meio de juros crescentes diante de maiores exigências de prêmios de risco e necessidade de manter a inflação em patamares menores. Os custos da dívida certamente se impõem sobre a sociedade, sem contabilizar os custos inflacionários que recaem sobre a população mais pobre.

Nesse sentido, cabe destacar que no fim do AE, em dezembro de 2020, quando o governo mostrou o importante compromisso com a consolidação fiscal, as expectativas de inflação mantiveram-se ancoradas, mesmo diante de repiques inflacionários que foram percebidos como temporários. Esse forte sinal de responsabilidade fiscal teve importante impacto tanto sobre a ancoragem das expectativas de inflação como sobre os juros futuros da economia. **Portanto, a prorrogação do AE, conforme a experiência recente mostra, deve ser novamente acompanhado de um sinal da responsabilidade fiscal.**

## 5. Conclusão

Paulatinamente, a atividade econômica está retornando aos patamares pré-pandemia. A rigor, vários setores já operam a valores superiores aos verificados antes da pandemia de COVID-19. Mesmo no setor informal, há retomada do emprego e parte expressiva do hiato entre a renda efetiva e a renda habitual já foi reduzido.

Prorrogar o Auxílio Emergencial, sem conciliar com o processo de consolidação fiscal, tem o potencial de deteriorar a trajetória inflacionária, reduzir a atividade econômica e aumentar o desemprego. Como a inflação e o desemprego afetam desproporcionalmente mais a população carente, o AE pode acabar por prejudicar justamente as pessoas que se queria ajudar.

Tem se divulgado extensamente os possíveis resultados positivos do AE, no entanto, o objetivo dessa nota é apresentar que, sem o correto endereçamento fiscal, medidas de elevação de gastos trarão impactos negativos para toda economia. Resultados passados de gastos fiscais sem a correta adequação ao arcabouço fiscal são amplamente conhecidos e com consequências negativas socioeconômicas ainda presentes.